

PARECER DA CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CTPNRH)

1 - Histórico

Esta Nota Técnica tem como objetivo encaminhar a essa Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL) e, posteriormente, ao Plenário do CNRH, o detalhamento operativo dos Programas X, XI e XII do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), conforme define o parágrafo único do artigo 1º da resolução número 80 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Tais Programas referem-se à Gestão ambiental de recursos hídricos na região Amazônica (Programa X), Conservação das águas no Pantanal, em especial suas áreas úmidas (Programa XI) e Gestão sustentável de recursos hídricos e convivência com o semi-árido brasileiro (Programa XII), tendo sido pauta de debate desta CTPNRH, especialmente em sua 53ª reunião, ocorrida nos dias 17 e 18 de novembro de 2008 e, também, em reuniões envolvendo a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU/MMA), a Agência Nacional de Águas (ANA) e outros atores relacionados aos temas regionais.

O detalhamento operativo do Programa de gestão de recursos hídricos integrados ao gerenciamento costeiro, incluindo áreas úmidas (Programa IX), também foi pauta de análise por esta Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que optou por encaminhá-lo à Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (CTCOST) para análise técnica.

O detalhamento operativo do Programa Nacional de Águas Subterrâneas (Programa VIII), também pauta de análise por parte desta CTPNRH em conjunto com a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), foi encaminhado por meio de Nota Técnica específica.

2 – Contextualização

O Plano Nacional de Recursos Hídricos, seguindo o que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos, adota a bacia hidrográfica como unidade territorial para a implementação da Política e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, tanto é que o seu processo de desenvolvimento se referencia, territorialmente, nas doze regiões hidrográficas brasileiras (Resolução CNRH número 32/2003).

Adicionalmente, o PNRH adotou outro recorte territorial, complementar, haja vista a peculiaridade de determinadas ocorrências diferenciadas que, exatamente por isso, denominam-se, no PNRH, “Situações Especiais de Planejamento”, tais como biomas, interligação de bacias, áreas frágeis, eixos de desenvolvimento. O Pantanal matogossense, a zona costeira, a região amazônica e o semi-árido brasileiro são, neste sentido, adotados como recortes regionais especiais no PNRH. Essas regiões, por suas particularidades e conforme definição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, são contempladas com Programas específicos do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Dentre as sessenta e quatro macrodiretrizes definidas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, agrupadas em cinco conjuntos, duas delas, constantes do quarto conjunto, contemplam uma perspectiva espacial, definindo unidades geográficas onde os limites não necessariamente coincidem com o de uma bacia hidrográfica, que demandam, portanto, ações e atividades ajustadas à natureza e tipologia de problemas regionais que se mostram bastante característicos, exigindo, por essa razão, que linhas de atuação dos programas e subprogramas já propostos nessas áreas venham a sofrer uma especialização determinada por realidades específicas.

As áreas geográficas selecionadas reúnem forte apelo simbólico concernente às temáticas ambiental e de recursos hídricos. As macrodiretrizes que orientam a estruturação dos programas regionais do PNRH são:

i - detalhar, oportunamente, os programas regionais em termos do ordenamento das ações e atividades necessárias a cada unidade de intervenção, contemplando: (a) modelos institucionais de gestão apropriados à natureza dos problemas a enfrentar; (b) ênfases e prioridades na implantação de instrumentos de gestão de recursos hídricos, próprios a cada região; e, (c) intervenções físicas estruturais de cunho regional, destinadas à recuperação das disponibilidades hídricas, em quantidade e qualidade, e à sua conservação e aproveitamento de forma ambientalmente sustentável;

ii - considerar que as unidades geográficas prioritárias para fins de estruturação de programas regionais são: (i) aquíferos estratégicos; (ii) zonas costeiras; (iii) Amazônia; (iv) Pantanal; e, (v) Semi-árido brasileiro.

Os Programas ora encaminhados situam-se neste contexto.

3 – Diretriz para o Detalhamento Operativo dos Programas X, XI e XII do PNRH

Considerando o retrospecto apresentado, e apoiado em pontos importantes definidos nos documentos precedentes do processo de detalhamento dos programas do PNRH, adotou-se como estratégia para a concepção do detalhamento operativo desses Programas, a apropriação das ações previstas nos programas I a VIII do PNRH, de forma diferenciada nos contextos desses Programas regionais. Definiu-se que devem ser consideradas as realidades particulares presentes em cada caso, conforme estabelecem as diretrizes do PNRH, e sob os seguintes enfoques apresentados no Documento de Estratégias de Implementação do PNRH (Resolução CNRH número 67/2006):

- Especialização quanto a modelos institucionais de gestão apropriados à natureza particular dos problemas apresentados;
- Ênfase e prioridade na implementação de instrumentos de gestão de recursos hídricos próprios a cada região.

Adicione-se a estas diretrizes, conforme define o documento de Estratégias de Implementação do PNRH (Res. CNRH nº 67/2006), que durante o processo de implementação dos programas aqui referidos, a articulação com os Estados da Federação abrangidos territorialmente pelas “situações especiais de planejamento” será um elemento de destaque para o sucesso dos programas.

Neste sentido são encaminhados, em anexo, o detalhamento operativo dos Programas X, XI e XII do PNRH.

Brasília, 19 de novembro de 2008

SIDNEI GUSMÃO AGRA

Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos